

LEGISLATIVO

NOTÍCIAS

RIO GRANDE DO NORTE
SEGUNDA-FEIRA
13 de junho de 2022

INFORME PUBLICITÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA

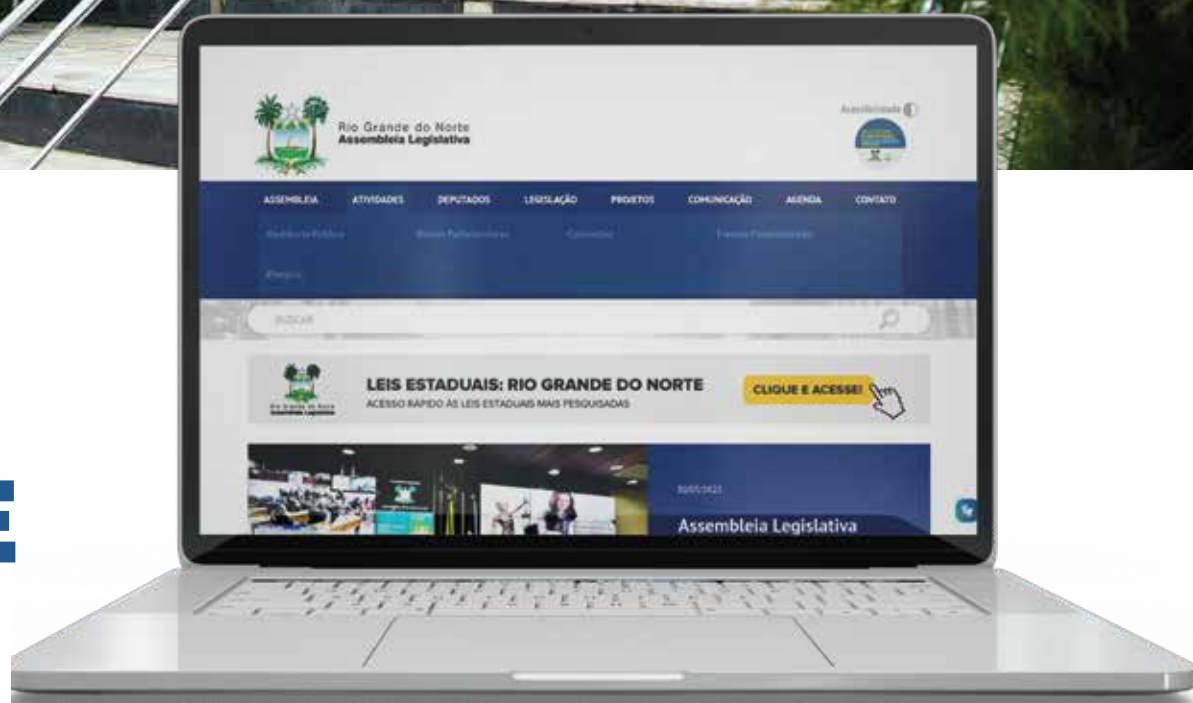
Renovada
parceria com
a UFRN para
mestrados

PÁGINAS 6 e 7

Foto: Carlos Azevedo/Novo



LEGISLAÇÃO ESTADUAL AO ALCANCE DE TODOS



Nova ferramenta da Assembleia é importante aliada da transparência do processo legislativo PÁGINAS 2 e 3

OPORTUNIDADE

Provas do Concurso da AL devem ser aplicadas em setembro

PÁGINAS 4 e 5

CAPACITAÇÃO

Escola da Assembleia faz parceria internacional

PÁGINAS 8 e 9

COMISSÕES

Comissão de Saúde da AL visita unidades hospitalares

PÁGINAS 10 e 11

PREMIAÇÃO

Assembleia Legislativa recebe prêmio Unale por gestão

PÁGINAS 12 e 13

MODERNIZAÇÃO

Poder Legislativo do RN ganha novo projeto arquitetônico

PÁGINA 14



TRANSPARÊNCIA: Ferramenta do Portal da Assembleia permite legislação estadual ao alcance de todos

COM O NOVO SISTEMA DE LEIS ESTADUAIS, É POSSÍVEL PESQUISAR A LEGISLAÇÃO DO ESTADO COM UM MECANISMO DE FÁCIL ACESSO

Alinhada com a estratégia organizacional da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e fruto do empenho nas boas práticas de gestão nos últimos anos, mais uma ferramenta foi implementada pela Casa Legislativa. Trata-se do novo sistema de Leis Estaduais, um importante aliado da transparência do Processo Legislativo. Com ele, é possível pesquisar a legislação estadual com um mecanismo de fácil acesso,

disponibilizado no portal da Assembleia.

O sistema permite a identificação do texto original, bem como as alterações nas normas sofridas ao longo do tempo. Dessa forma, as leis atualizadas, do âmbito do Rio Grande do Norte, podem ser acessadas por todos. Basta digitar o número da Lei Estadual ou uma palavra-chave. Há ainda mecanismos que facilitam encontrar a legislação, como o acesso rápido às Leis mais

pesquisadas, o acesso às mais recentes e o número de Leis publicadas em determinado espaço de tempo no RN.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Ezequiel Ferreira (PSDB), a ferramenta é mais uma das iniciativas para aprimoramento da gestão do Poder Legislativo com foco em atender às necessidades da sociedade potiguar. Ele define a estratégia organizacional da Instituição

com o desafio de transformar recursos públicos em bons resultados, apoiando o desenvolvimento de mecanismos de governança e gestão.

A partir do direcionamento estratégico, a Diretoria Legislativa recebeu a atribuição de compilar e consolidar a legislação estadual, dessa forma, “contribuindo para o alcance da Visão de Futuro que é consolidar-se na sua atuação legislativa e fiscalizadora, por meio de inovações

de governança e gestão”, como declara o presidente da Assembleia.

Como aponta a diretora legislativa da ALRN, Tatiana Mendes Cunha, a nova forma de apresentação da legislação facilita a atividade dos profissionais que atuam com leis no cotidiano de trabalho, por exemplo, advogados, engenheiros, contadores e administradores públicos, além de outros.

“É essencial para garantir que o conteúdo da

PORTAL DE CONSULTA À LEGISLAÇÃO ESTADUAL

A Legislação Estadual pode ser consultada no portal oficial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – [http://](http://www.al.rn.leg.br/leises-taduais)

www.al.rn.leg.br/leises-taduais, que mantém as informações consolidadas e compiladas, e traz a facilidade de acesso à

legislação estadual desde 1971 até 2022. As novas normas expedidas também serão integradas ao portal de consulta

conforme sejam publicadas, garantindo assim, a constante atualização das informações para o cidadão.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ALRN

Desde o início da gestão do presidente Ezequiel Ferreira, em 2015, a Assembleia Legislativa do RN tem passado por um processo de transformação, com ações de modernização de estruturas e procedimentos, transparência pública, economicidade e valorização dos seus servido-

res. É o chamado Planejamento Estratégico, que se baseia em três eixos principais de gestão: democracia, eficiência e participação.

“Nossa ideia é criar uma nova Assembleia Legislativa, com austeridade nos gastos, redução de despesas e mais transparência. Para isso,

utilizaremos o Planejamento Estratégico, implementando a Reforma Administrativa; a convocação de concursados; e medidas de economicidade que, em dois anos, vão superar R\$ 40 milhões”, explicou o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira.

Voltado para uma ges-

tão focada em resultados, o Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do RN estabeleceu planos de ação, distribuídos em diferentes áreas de atuação estratégica: melhoria da eficiência; qualidade; integração; recursos orçamentários; recursos humanos; e recursos orçamentários.

SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA (SDR)

O sistema de acesso às Leis Estaduais é mais um fruto do empenho dentro do Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, especialmente no decorrer da pandemia de Covid-19, onde a Casa Legislativa precisou se adaptar à nova realidade proporcionada pelo

distanciamento social. A Diretoria de Gestão Tecnológica, por exemplo, teve muitas atribuições a desenvolver ao longo desse tempo.

Outro sistema desenvolvido, já implementado e em funcionamento desde 2020, foi o Sistema de Deliberação Remota (SDR), que facilitou a ati-

vidade legislativa, proporcionando a continuidade do trabalho dos parlamentares do Rio Grande do Norte, sem prejuízo ao poder público.

O sistema permite a votação dos deputados estaduais nos mesmos moldes da votação presencial, possibilitando ao parlamentar o po-

sicionamento oficial e acompanhamento da votação. Além do SDR, a Diretoria de Gestão Tecnológica desenvolveu um aplicativo com senhas criptografadas e reconhecimento facial, levando mais segurança cibernética e segurança jurídica ao processo legislativo de votação.

lei não se perca, já que um ato normativo pode sofrer inúmeras alterações após a data de sua publicação, e quando o conteúdo original não é atualizado ou não faz referência a outro Ato, informações importantes são perdidas”, comenta.

O tratamento pelo qual passaram as leis segue diretrizes da Lei Complementar Federal nº 95/1998, que estabelece toda a técnica legislativa referente à elaboração, redação e alteração das leis, em todas as esferas governamentais, a fim de garantir essa facilidade na consulta pela legislação estadual.



Para a diretora legislativa da ALRN, Tatiana Mendes Cunha, nova ferramenta facilita atividade dos profissionais que trabalham com leis



Provas do concurso da Assembleia Legislativa têm previsão para serem aplicadas em setembro

AO TODO SÃO PREVISTAS 24 VAGAS PARA O CARGO DE ANALISTA LEGISLATIVO E 23 PARA O CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO

A possibilidade de ingressar na carreira pública no Rio Grande do Norte pode estar mais próxima com a definição das datas da realização do Concurso Público para provimentos de vagas na Assembleia Legislativa. Em recente reunião realizada entre os membros da Comissão Especial do certame e a diretoria do Instituto AOCP, realizada na cidade de Maringá/PR, foram acertados os últimos detalhes, feitas as adequações necessárias e a definição do cronograma de atuação para os próximos dias.



Reunião acertou detalhes e adequações necessárias para o certame, além de definir o cronograma de atuação da comissão

De acordo com o presidente da Comissão Especial do Concurso Público, procurador-geral da Assembleia, Sérgio Freire, está prevista para esta quinzena a assinatura do contrato entre a Assembleia Legislativa e o Instituto AOCP, empresa responsável, pela organização, conteúdo programático, cronograma de inscrições, realização das provas, correção, recursos e resultados. Em seguida será realizada uma reunião com a Comissão Especial para aprovação da minuta do edital. Ainda de acordo com Sérgio Freire, no dia 21 está previsto o lançamento do edital que rege o concurso e abertura das inscrições. Já a aplicação das provas está prevista para o mês de setembro.

“Hoje vencemos mais uma etapa do concurso da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Fechamos os últimos detalhes, definimos o cronograma e a previsão de aplicação de provas. Ou seja, é mais um período vencido que nos leva a concretização do concurso público para provimentos de cargos no Legislativo potiguar”, resumiu Sérgio Freire.

O concurso da Assembleia Legislativa do RN foi planejado como meta para 2022 pelo presidente Ezequiel Ferreira e ofertará 47 vagas para cargos efetivos de Analista Legislativo – Nível Superior e Técnico Legislativo.

Ao todo são previstas 24 vagas para o cargo de Analista Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 8.338,64 mais benefícios e 23 para o cargo de Técnico Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 4.468,16, mais benefícios.

Sobre as cotas para pessoas negras, a comissão do concurso acatou a recomenda-

ção em cumprimento à Lei Estadual 11.015/2021, sancionada no fim do ano passado e que trata sobre a garantia de 20% das vagas nos concursos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estadual para a população negra.

Outro encaminhamento da comissão é que não haverá ampliação do número de vagas previstas no concurso. A comissão também definiu que haverá aplicação de provas em Paços dos Ferros para atender aos candidatos residentes nas regiões Oeste e Alto Oeste.

Acompanhe todas as notícias sobre o concurso no site da ALRN www.al.rn.leg.br e nas redes sociais @assembleiarn



Procurador-geral da AL, Sérgio Freire, é o presidente da Comissão Especial de Concurso Público

VAGAS OFERECIDAS

13 vagas para **Técnico Legislativo**, especialidade **Apoio Administrativo**, com requisito de escolaridade de nível médio;

03 vagas para **Técnico Legislativo**, especialidade **Contabilidade**, com requisito de escolaridade nível médio e certificado de curso profissionalizante correlato;

01 vaga para **Técnico Legislativo**, especialidade **Edificações**, com requisito de escolaridade de nível médio e certificado de curso profissionalizante correlato;

05 vagas para **Técnico Legislativo**, na especialidade **Tecnologia da Informação**, com requisito de escolaridade de nível médio e certificado de curso profissionalizante correlato;

01 vaga para **Técnico Legislativo**, especialidade **Tecnologia de Sistema**, com requisito de escolaridade de nível médio e certificado de curso profissionalizante correlato;

10 vagas para **Analista Legislativo**, especialidade **Processo Legislativo**, com requisito de escolaridade de nível superior;

01 vaga para **Analista Legislativo**, especialidade **Arquitetura**, com requisito de escolaridade de nível superior em Arquitetura;

03 vagas para **Analista Legislativo**, especialidade **Contabilidade**, com requisito de escolaridade de nível superior em Contabilidade.

01 vaga para **Analista Legislativo**, especialidade **Engenharia Civil**, com requisito de escolaridade de nível superior, com graduação em Engenharia Civil;

01 vaga para **Analista Legislativo**, especialidade de **Engenharia Elétrica**, com requisito de escolaridade de nível superior, com graduação em Engenharia Elétrica;

- 01 vaga para **Analista Legislativo**, especialidade **Medicina**, com requisito de escolaridade de nível superior, com graduação em Medicina e especialização em cardiologia;

03 vagas para **Analista Legislativo**, especialidade em **Administração**, com requisito de escolaridade de nível superior, com graduação em Administração.

04 vagas para **Analista Legislativo**, especialidade **Tecnologia da Informação**, com requisito de escolaridade de nível superior na área de Tecnologia da Informação ou qualquer outro curso superior com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.

Fotos: Arquivo ALRN



Assembleia Legislativa renova parceria com a UFRN para Mestrado em Gestão Pública

O DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA, PRESIDENTE DA ALRN, RESSALTOU QUE UMA DAS SUAS PRIORIDADES DE GESTÃO, DESDE QUE ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA CASA, SEMPRE FOI O INVESTIMENTO NA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES



Foto: Arquivo ALRN



Diretor da Escola da Assembleia, João Maria Lima (à esq.), agradece o apoio institucional

A Escola da Assembleia Legislativa do RN (EALRN) renovou sua parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para a capacitação dos servidores Legislativos no Mestrado Profissional em Gestão Pública. O curso é oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP/UFRN), possui 10 vagas para a Casa Legislativa e teve suas inscrições encerradas no mês de maio.

O deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa do RN, ressaltou que uma das suas prioridades de gestão, desde que assumiu a presidência da Casa, sempre foi o investimento na capacitação dos servidores.

“Essa decisão nos proporcionou conquistas inéditas e mostrou que acertamos em acreditar na evolução dos nossos profissionais. E eu tenho certeza de que essa parceria terá muita qualidade, pois a UFRN é única em formar pessoas. Esta Casa está sempre aberta para ser parceira da instituição de ensino”, destacou o presidente.

O Mestrado Profissional em Gestão Pública possui 18 vagas, dentre as quais 10 são para servidores da Assembleia Legislativa; duas são para a prefeitura de

Caicó; três para capacitação interna de servidores efetivos ativos do quadro permanente da UFRN; e três vagas são para a demanda aberta de ampla concorrência. Nesse último caso, os candidatos devem comprovar, cumulativamente, vínculo permanente e efetivo com a Administração Pública Direta ou Indireta, em qualquer esfera (municipal, estadual ou federal) e que desenvolvem atividade de Gestão Pública.

O curso de “Mestrado Profissional em Gestão Pública” possui área de concentração em Gestão Pública e linha de pesquisa em Gestão e Políticas Públicas. Segundo o edital, o objetivo é “oferecer ao aluno condições para o desenvolvimento de sua capacidade crítica e espírito inovador no que se refere ao papel do Estado como formulador e implementador de políticas públicas, bem como no que diz respeito aos procedimentos técnicos de planejamento e gestão públicos”.

Em meados de maio, a Escola da Assembleia organizou uma roda de conversa para orientar os candidatos do Legislativo Potiguar, como parte das ações de auxílio aos servidores interessados em participar do processo seletivo.

A reunião contou com a participação do professor permanente do Mestrado, Thiago Dias; da chefe da Divisão Acadêmica da Escola da AL, Kássia Moura; e de dois concluintes do curso: a servidora Marília Rocha e Breno Santos.

De acordo com o diretor da Escola da Assembleia, professor João Maria de Lima, a capacitação profissional é muito significativa para a carreira dos servidores. “Eu agradeço demais o apoio institucional da Assembleia Legislativa, que está possibilitando mais uma capacitação para os nossos profissionais. Agradeço também a eles, pelo empenho e dedicação de sempre. E eu aproveito para lembrar que a Assembleia do RN foi a primeira Casa Legislativa do Brasil a oferecer uma Pós-Graduação stricto sensu. Essa parceria já formou dez Mestres, e nós ainda temos quatro com a formação em andamento”, frisou o diretor.

Com o encerramento das inscrições, as próximas etapas da seleção serão: homologação dos inscritos; análise e arguição sobre o anteprojeto; e heteroidentificação. O resultado deve ser divulgado no dia 19 de julho, e as aulas estão previstas para começar no dia 5 de setembro deste ano.



Presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira, e João Maria de Lima

Foto: ARQUIVO ALRN



Diretor da Escola da Assembleia, João Maria de Lima, diz que investimento na capacitação de servidores é uma marca da gestão do deputado Ezequiel Ferreira

Escola da Assembleia ofertará cursos em parceria com universidades internacionais

MESTRADO E DOUTORADO A SEREM DISPONIBILIZADOS SERÃO MINISTRADOS NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

O segundo semestre da Escola da Assembleia Legislativa do RN está repleto de novidades, não apenas para os servidores legislativos, mas também para a sociedade em geral. Além dos cursos rotineiros de capacitação técnica e profissional, serão disponibilizadas vagas para três cursos de Pós-graduação stricto sensu: Mestrado Profissional em Gestão Pública, em parceria com a UFRN, além dos cursos em parceria com universidades internacionais.

“Nós teremos muitas

turmas de pós-graduação no próximo semestre, sendo três stricto sensu (Mestrado e Doutorado) e uma lato sensu. Já com edital aberto, temos 10 vagas para o Mestrado Profissional em Gestão Pública, em parceria com a UFRN, que está previsto para iniciar suas aulas em agosto. E, em breve, lançaremos os editais para cursos em parceria com universidades internacionais, cujas vagas ainda serão definidas e deverão ser bastante concorridas”, divulgou o diretor da Escola da AL, professor João Maria de Lima.

Segundo o diretor da instituição, esses investimentos nos servidores já são uma marca da gestão do presidente da Assembleia Legislativa do RN, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB). “O presidente Ezequiel tem elevado muito a categoria dos nossos servidores e isso nos possibilita servir cada vez melhor a sociedade potiguar”, frisou.

O professor João Maria revelou ainda o quarto curso de pós-graduação do semestre, desta vez na modalidade lato sensu, que será realizado em parceria com

a Justiça Federal. “Nós vamos lançar também a Pós-graduação em Direito, Tecnologia e Inovação, que promete ser a melhor do país na área, com um corpo docente muito qualificado, proveniente das melhores praças do Brasil e, inclusive, do exterior”, destacou.

A respeito dos cursos de capacitação técnica e profissional, a Escola da AL ofertará: o “Seminário eleições 2022: visão prática” (4h); a “Oficina de capacitação política e assessoria parlamentar” (10h), exclusiva para servidores; além do curso

“Linguagem simples em empresas e órgãos públicos” (8h).

A Escola do Legislativo estadual ainda realizará, dentre outros, os cursos “Mindfulness: relação vida pessoal e trabalho”, com 8h de duração; “Eleições em foco”, com 20 horas-aula; “Podcast” (12h); “Processo legislativo” e “Inglês básico”, ambos sem duração definida.

Qualquer pessoa pode se inscrever nos cursos abertos à comunidade, através do app da Escola da Assembleia ou pelo site <http://escola.al.rn.dti.systems>



A Escola da Assembleia do RN recebeu dois prêmios no 35º Encontro da Associação Brasileira das Escolas Legislativas e de Contas

PRÊMIO NACIONAL EM MG

A Escola da Assembleia do RN está em festa. É que a instituição recebeu dois prêmios no 35º Encontro da Associação Brasileira das Escolas Legislativas e de Contas (Abel), que aconteceu entre os dias 25 e 27 de maio, em Belo Horizonte (MG). O projeto Conexão Parlamento e o aplicativo Escola da Assembleia alcançaram os lugares mais altos dos pódios nas categorias 'projeto para a comunidade' e 'portal', respectivamente. Os títulos chegaram na mesma semana em que a Assembleia Legislativa do RN recebeu o troféu do Prêmio Assembleia Cidadã na categoria Gestão, com o projeto "e-Legis", promovido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

"Este é mais um marco da gestão do presidente Ezequiel Ferreira, que não tem medido esforços para fortalecer a educação em nosso estado. Nossa Escola é referência nacional, principalmente pelo

empenho de nossa equipe, que abnegadamente se esforça para entregar à sociedade potiguar educação de qualidade. Isso nos orgulha e aumenta nossa responsabilidade. Esses prêmios representam a soma de esforços de todos os setores da Assembleia do RN, que trabalham coletivamente nesta gestão", comemora o diretor da Escola da Assembleia do RN, João Maria de Lima.

O Encontro integra a programação comemorativa dos 30 anos da educação legislativa no Brasil, instituída com a criação da Escola do Legislativo da ALMG, em 1992. E é por essa razão que ele ocorre na capital mineira com ampla programação visando a melhoria permanente dos cursos oferecidos pelas escolas mantidas pelas Assembleias Legislativas.

O intuito do encontro é debater sobre educação legislativa, a missão e função das escolas do legislativo e a apresentação do censo das escolas.



Diretor da Escola da AL atribuiu prêmios ao esforço coletivo

SOBRE A ABEL

A ABEL é uma sociedade civil e sem fins lucrativos que congrega escolas, centros de treinamento, institutos de estudos e pesquisa e entidades afins vinculadas ao Poder Legislativo brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo-se também neste universo as escolas dos Tribunais de Contas. Sua finalidade maior é promover o aperfeiçoamento das atividades legislativas através de eventos educativos de formação, capacitação e qualificação de servidores da administração pública.

CONEXÃO PARLAMENTO

Transpondo os limites de atuação no Poder Legislativo Estadual, o projeto Conexão Parlamento surgiu da necessidade em levar informação e conhecimento sobre formação política e capacitação pessoal e profissional a diversas regiões do estado do Rio Grande do Norte, promovendo ciclos de debates, palestras e cursos em parceria com as associações representativas do poder legislativo municipal. A iniciativa já capacitou mais de 2 mil servidores de câmaras e população em geral, de mais de 30 municípios.

APLICATIVO "ESCOLA DA ASSEMBLEIA"

O aplicativo da Escola da Assembleia do RN é uma ferramenta para os alunos da escola. As principais funcionalidades são: parte pública, programação acadêmica, notícias da Escola e parceiros da Escola. O aplicativo é disponibilizado gratuitamente nas plataformas Android e IOS e ainda permite a realização de matrícula em cursos, oficinas e eventos promovidos pela instituição.

Integrantes da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa visitam hospitais e ouvem reivindicações

NA VISITA AO HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES, NA ZONA NORTE DE NATAL, PARLAMENTARES DISCUTIRAM A MUDANÇA DO NOME DA UNIDADE PARA HOSPITAL PEDIÁTRICO DRª GRAÇA BORGES E A CONCLUSÃO DA REFORMA, QUE JÁ DURA CINCO ANOS

Fotos: Arquivo ALRN

A Assembleia Legislativa do RN conta com comissões para elaborar projetos e emitir pareceres em diversas áreas. Formadas por parlamentares da Casa, que se reúnem regularmente para tratar de forma mais específica e minuciosa projetos em tramitação. Entre as mais atuantes estão a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Educação, que realizam reuniões semanais. Destaque também para a Comissão de Saúde, que atuou e tem atuado de forma intensa durante a pandemia da covid-19, visitando diversos hospitais e deliberando ações.

No dia 11 de maio deste ano, a Comissão de Saúde visitou o Hospital Maria Alice Fernandes, na zona Norte de Natal, referência de pediatria no Estado, quando foram recepcionados pelos médicos cirurgiões Flávio Azevedo e Zita Rocha. Estiveram na unidade hospitalar, o presidente da comissão, deputado Galeno Torquato (PSDB); a vice-presidente, deputada Cristiane Dantas (Solidariedade); e o deputado Getúlio Rêgo (PSDB).

Na ocasião, foram discutidas duas pautas: a mudança do nome do hospital para Hospital Pediátrico Drª. Graça Borges e melhorias para a unidade. Os dois temas são reivindicações dos próprios funcionários do Maria Alice Fernandes. A alteração do nome é requisitada em um abaixo-assinado que circula na comunidade do



Em sua primeira reunião do ano, realizada no último dia 6 de abril, a Comissão de Saúde debateu diversas propostas



Deputado Galeno Torquato, presidente da Comissão de Saúde

hospital e já conta com mais de 2 mil assinaturas. O nome passaria a ser Hospital Pediátrico Dra. Graça Borges, em homenagem a médica falecida no ano passado, vítima da covid. Ela atuava na unidade desde a sua instalação. A homenagem faz referência ao respeito, carinho e gratidão de toda a equipe hospitalar, pacientes e familiares.

Os funcionários também reivindicam a conclusão da reforma do hospital, que já dura cinco anos; e ainda o restabelecimento do funcionamento nos moldes vingentes antes da pandemia, já que a unidade teve redução de leitos de UTI, que foram adapta-

dos para o atendimento de pacientes de covid-19. Reivindica-se o atendimento de porta aberta, como antes, e não mais de forma regulada.

“Vimos que o hospital precisa de muitas melhorias. A UTI neonatal está sendo a urgência e emergência e a outra UTI voltada para ala covid, que já está praticamente acabando. Temos sugestão da implantação de 20 leitos de UTI neo, que possam dar suporte não somente à zona Norte, mas a toda a região metropolitana”, afirmou o deputado Galeno Torquato, quando da visita.

A deputada Cristiane Dantas classifica o retorno do funcionamen-

to como uma necessidade. “Existe a capacidade instalada do hospital para esse atendimento”, afirmou a parlamentar. Quanto à mudança de nome, a vice-presidente da Comissão de Saúde disse que a documentação terá celeridade “a fim de homenagear Dra. Graça, que tem esse enorme reconhecimento”.

A Comissão de Saúde da ALRN tratou de diversos assuntos, entre eles a determinação de obrigatoriedade da aplicação do questionário M-Chat (Modifiel Checklist for Autism in Toddlers) nas unidades de saúde, creches e escolas, públicas e privadas, para o astreio precoce do Transtorno do Espectro Autista, tendo como relator o deputado Albert Dickson; determinação da gratuidade de estacionamento para doadores de sangue, que estiverem em processo de doação, no estado do Rio Grande do Norte, com relatora do deputado Dr. Bernardo; alteração da Lei Estadual Nº 10.271, de 22 de novembro de 2017, que institui o Fundo Estadual da Pessoa Idosa (Funep), no RN, relatoria de Dr. Bernardo; Criação da carteira de identificação da pessoa com fibromialgia no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, com relatoria do deputado Galeno Torquato; proibição do tratamento diferenciado, constrangedor ou discriminatório a qualquer pessoa não vacinada contra o covid-19, no RN, tendo como relator o deputado Getúlio Rêgo; e criação de cartilha informativa sobre as boas práticas no parto e nascimento, também relatada por Getúlio Rêgo.

A Comissão de Saúde é formada pelo deputado Galeno Torquato (PSDB) – presidente; deputada Cristiane Dantas (Solidariedade) – vice-presidente; deputado Getúlio Rêgo (PSDB); deputado Dr. Bernardo (PSDB); e deputado Albert Dickson (PSDB), que formam o grupo de titulares. Os suplentes são: deputado Kelps Lima (Solidariedade), deputado Subtenente Eliabe (Solidariedade), deputado Gustavo Carvalho (PSDB), deputado Jacó Jácome (PSD), deputado Vivaldo Costa (PV).

Foto: Arquivo ALRN



Parlamentares que integram a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa visitaram o Hospital Maria Alice Fernandes

AS COMISSÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao todo, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte conta com seis Comissões Permanentes nas áreas de Constituição, Justiça e Redação; Finanças e Fiscalização; Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública; Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo; Defesa do Consumidor, dos Direitos Humanos e Cidadania. Elas integram o processo legislativo que integram a estrutura institucional da AL. Essas comissões têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.

Existem também as Comissões Temporárias, cuja finalidade é apreciar matéria da Casa ou ainda averiguar alguma fato específico e eventual que esteja



Vice-presidente da Comissão de Saúde, deputada Cristiane Dantas, apoia mudanças

sendo analisado pelos deputados. Esse tipo de comissão tem prazo de duração determinado, e extingue-se ao final de cada legislatura, quando cessado o objetivo da sua formação, ou ainda quando expirado o tempo de duração.

De acordo com o site da Assembleia Legislativa do RN (al.rn.leg.br), as Comissões Temporárias são: Comissão Especial (constituída para dar parecer à proposta de Emenda Constitucional e elaborar projetos sobre assuntos

determinados, sendo regida pelas mesmas regras das Comissões Permanentes), Comissão de Representação (instituída com o propósito de representar a Assembleia Legislativa em acontecimentos de interesse público), Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI (instituída para apuração de fato relevante para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado. Tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais).

Fotos: Arquivo ALRN



A ALRN conquistou mais uma vez o Prêmio Assembleia Cidadã, na categoria Gestão, dessa vez com o projeto “e-Legis”

Bicampeã, Assembleia Legislativa do RN recebe troféu Unale em gestão

CONQUISTA RATIFICA EXCELÊNCIA DO TRABALHO DE MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA REALIZADO PELA CASA

Por duas edições consecutivas, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte venceu o Prêmio Assembleia Cidadã, promovido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale). Para coroar o bicampeonato na categoria Gestão, representantes da entidade visitaram a sede no Legislativo Potiguar e realizaram a entrega do troféu no final do mês de maio. A ALRN conquistou o Prêmio Assembleia Cidadã na categoria Gestão, com o projeto

“e-Legis” e a conquista ratifica a excelência do trabalho de modernização e transparência iniciado nos últimos anos pela Casa legislativa.

“Este é um momento de agradecer, abraçar os servidores desta casa legislativa que entenderam este novo momento e fazem da ALRN, pela segunda vez, campeã de um prêmio de gestão. Quero estender esse agradecimento aos 23 deputados neste momento de incremento e aposta nos servidores”, destacou o presidente

da ALRN, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

A premiação visa incentivar a modernização dos processos legislativos, o atendimento humanizado ao cidadão e a melhoria da sociedade. A escolha do projeto atendeu a comparativos nacionais e ocorreu em duas etapas, sendo concluída na 24ª Conferência Nacional da Unale, que aconteceu em novembro do ano passado, em Campo Grande (MS).

O sistema e-Legis é uma ferramenta desenvolvida pela Casa para

gerenciar o ciclo do processo legislativo, tornando-o totalmente eletrônico, desde a concepção das proposições nos gabinetes parlamentares até a sua votação em Plenário. A aplicação começou a ser desenvolvida no final de 2018, tendo a sua primeira versão implantada em agosto de 2019. Com a pandemia, em 2020, e a adoção das medidas de distanciamento social, a necessidade de criar alternativas para dar continuidade às atividades legislativas impulsionou

o desenvolvimento do Módulo de Plenário do e-Legis, integrado com o painel eletrônico, e do Sistema de Deliberação Remota (SDR).

Para o presidente da Unale, deputado Lídio Lopes (MS), “este prêmio destaca um projeto fantástico que mereceu o título e faz com que, a cada ano, a participação das assembleias aumente. As casas estão se preparando, criando projetos para participarem e a ALRN realmente incorporou isso, com participação efetiva. Prova disso é o resultado, sendo bicampeã”, enfatizou.

E esse reconhecimento vem estimulando o trabalho da Assembleia do RN. “Devemos ser gratos a toda equipe que nos levou a ser bicampeões em gestão. É motivo de muito orgulho e adianto, agora que pegamos gosto por esse tipo de reconhecimento, que seremos tricampeões”, adiantou o diretor-geral da Assembleia do RN, Augusto Carlos Viveiros.

O mérito foi compartilhado também pela diretora administrativa da Assembleia do RN, Dulcinéia Brandão. “Essa premiação reflete o reconhecimento das outras casas legislativas do País e da Unale, principalmente, quanto a excelência na gestão do presidente Ezequiel Ferreira frente ao Parlamento potiguar. Uma conquista justa e merecida, sem deixar de ressaltar nosso diferencial que é ter um sistema desenvolvido pela equipe da própria Casa”, destacou Dulcinéia.

A Unale também foi representada pelos deputados Diogo Moraes (PE), vice-presidente da região Nordeste; Ivana Bastos (BA), tesoureira-geral e ex-presidente e pelo diretor-geral, Evaldo Bazeggio.

E-LEGIS: ECONOMIA E EFICIÊNCIA

As consequências do trabalho de toda a equipe da Diretoria de Tecnologia da ALRN, em parceria com múltiplos setores, são vividas na rotina da Casa, beneficiando todos, como destaca o secretário regional da Unale, deputado Gustavo Carvalho. “Estamos felizes não só com a premiação, mas com a celeridade ganha nos processos de gestão desta Casa. A mudança na tramitação, da burocracia que era exigida pelo papel e caneta a celeridade da tecla que nos favorece em todas as resoluções da Casa. Além disso, a gestão da Assembleia do RN tem sido buscada por algumas assembleias do Brasil, como São Paulo e Santa Catarina, sendo referência”, destacou Gustavo Carvalho.

A experiência positiva despertou o interesse de outras instituições no País, a exemplo das assembleias legislativas de São Paulo (Alesp) e Santa Catarina (Alesc), que firmaram cooperação técnica com a ALRN para implantação e uso da ferramenta.

Em meio às comemorações, o diretor de tecnologia da ALRN, Mário Sérgio, destacou que o prêmio é fruto de um trabalho realizado por várias mãos e adiantou os próximos passos do setor. “A gente tem sorte de ter, além de uma equipe extremamente competente, dedicada e envolvida no trabalho, o apoio irrestrito, desde a presidência, passando pela diretoria geral, nesse processo do e-Legis, e a total colaboração e integração da diretoria legislativa. Atualmente estamos preparando inovações e, independente do título, o objetivo é reunir partes fundamentais dos dois



Representantes da Unale visitaram a sede no Legislativo Potiguar e realizaram a entrega do troféu no final do mês de maio



Troféu concedido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale)

sistemas já premiados”, adiantou.

Além da celeridade e a consequente produtividade proporcionadas, uma vez que o sistema permite agilidade aos fluxos processuais, o e-Legis promoveu redução nas despesas de materiais de escritório e gastos com impressões. Para se ter uma ideia, estima-se uma redução de cerca de 63% do consumo de papel. Por se tratar de um sistema desenvolvido por servidores da Casa, o diretor de tecnologia da ALRN destaca ainda uma economia de aproximadamente R\$ 3 milhões, valor que, segundo ele, seria gasto com a contratação de empresa terceirizada para o desenvolvimento da ferramenta.

“O e-Legis foi produzido sem custos pelo corpo técnico da Casa, abrangendo todo o fluxo processual, dispensando a contratação de serviços terceirizados e gerando economia ao Legislativo. Além da celeridade, transparência, economicidade e sustentabilidade mencionadas, dentre outras características, a ferramenta possibilita também a cooperação técnica com outras instituições através da cessão de código”, observa Mário Sérgio.

Fotos: Arquivo ALRN



Um dos destaques das mudanças de reorganização que estão por vir é justamente a nova sede do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar

Prestes a completar 190 anos, Legislativo do Rio Grande do Norte segue se modernizando

SEDE DO MEMORIAL DA CULTURA E DO LEGISLATIVO POTIGUAR SERÁ TRANSFERIDA PARA O PRÉDIO DO SOLAR TAVARES DE LYRA

Instalado no longínquo ano de 1835, ainda no século XIX, o Poder Legislativo do Rio Grande do Norte segue se modernizando quase 200 anos depois. Aos 187 anos, completados em fevereiro deste ano, ganhou um novo projeto arquitetônico para reorganização e modernização de sua infraestrutura.

Um dos destaques das mudanças que estão por vir é justamente a nova sede do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, que passará a funcionar no prédio do Solar Tavares de Lyra. O prédio está sendo reformado e a obra, iniciada em março deste ano, possui cronograma de execução de 10 meses, com previsão de entrega para janeiro de 2023.

O espaço fica em frente ao Solar Bela Vista, no Largo Junqueira Aires e próximo a outros prédios históricos de Natal. A futura sede tem área de 550 metros quadrados

e vai ganhar um projeto museográfico moderno e interativo produzido por equipe multidisciplinar da Casa. A mudança vem sendo aguardada com muita expectativa, pois desde que foi criado, o Memorial nunca teve uma sede própria. No momento, ocupa um espaço no andar superior da sede da Assembleia Legislativa.

Já se preparando para a mudança e a fim de enriquecer experiências e incrementar o trabalho que vem sendo realizado no RN, recentemente os servidores do Memorial fizeram uma visita técnica ao Memorial do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, para conhecer o espaço. A equipe recebeu novas referências para o projeto expográfico e novas tecnologias.

Além do Chefe de Divisão, Aluísio Lacerda, dos servidores do Memorial da ALRN, Fábio Sander-



Servidores do Memorial fizeram uma visita técnica ao Memorial do Tribunal Regional Federal

son e Hilneth Correia, estiveram presentes na ocasião a diretora-administrativa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Dulcinéa Brandão; o desembargador federal Élio Siqueira Filho, que integra a Comissão de Gestão da Memória da Justiça Federal da 5ª Região; o juiz federal auxiliar da Presidência do TRF5, Marco Bruno Miranda e a diretora do Núcleo de Gestão da Memória, Nancy Freitas, que falou sobre o espaço, desde a

concepção até a finalização do projeto.

O Memorial do Legislativo Potiguar foi implantado pela Resolução 055/2009 com um dos principais objetivos de promover o resgate e a divulgação da história do Poder Legislativo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento da história política, administrativa e cultural do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Em paralelo, o Legislativo do RN também terá uma nova estrutu-

ra para abrigar o Anexo Administrativo, Anexo Parlamentar, Anexo Social e Escola da Assembleia, que a exemplo do Memorial, também funcionarão na Cidade Alta. Todo o projeto arquitetônico para reorganização e modernização da infraestrutura foi recentemente apresentado aos gestores, coordenadores e diretores dos setores da Casa, que apostam na iniciativa como uma forma de contribuir com a revitalização do centro histórico de Natal.

Foto: Arquivo ALRN



Parceria entre a Escola da Assembleia e a Procuradoria-Geral da ALRN do Rio Grande do Norte resultou no seminário “Eleições 2022: Visão Prática”

Assembleia Legislativa esclarece sobre eleições 2022 a servidores

EVENTO PASSOU INFORMAÇÕES SOBRE O QUE É LEGÍTIMO E O QUE AFRONTA A MORALIDADE NO PROCESSO ELEITORAL DESTES ANO

Uma parceria entre a Escola da Assembleia e a Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte resultou no seminário “Eleições 2022: Visão Prática”, que aconteceu no início deste mês, na sede da Casa Legislativa. O conteúdo do evento focou no funcionamento do processo eleitoral brasileiro, com esclarecimentos sobre o que é legítimo e o que afronta a moralidade da disputa eleitoral deste ano.

Para o procurador-geral da Assembleia Legislativa e coordenador do evento, Sérgio Freire, é um momento importante de integração, aprendizado e troca de experiências entre os servidores e assessores parlamentares da Casa. “Este é um evento inédito, que trouxe palestrantes exclusivamente da Casa Legislativa. É uma

satisfação e uma abertura de portas. Todo evento que traz atualizações, a gente tem um crescimento coletivo”, disse.

O diretor da Escola da Assembleia, João Maria de Lima, observou que a Escola busca trazer cursos de acordo com as demandas dos setores. “As eleições se avizinham e nos últimos pleitos nós observamos muitas perdas de mandato por irregularidades, então cursos como este são importantes para esclarecimentos”, falou.

Os primeiros palestrantes, Lucas Sampaio e Alberto Quirino, falaram sobre os reflexos da Lei Geral de Proteção de Dados no processo eleitoral, com destaque para a competência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fiscalizar a proteção de dados nas eleições e a utilização dos dados pessoais dos



Momento é importante para integração, aprendizado e troca de experiências entre servidores

eleitores pelos candidatos nas propagandas eleitorais na internet.

Em seguida, Cristiano Barros apresentou questões sobre improbidade e inelegibilidade (repercussões da nova Lei de Improbidade Administrativa), comentando sobre a interferência da Lei no próximo pleito eleitoral.

O servidor Renato Guerra tratou sobre arrecadação e prestação de contas. Ele falou sobre as contas bancárias específicas de candidatos e partidos, doações de campanhas, com destaque na inovação das doações pela internet. O servidor Klebet Carvalho falou sobre condutas vedadas para agentes

públicos no período eleitoral.

No dia 2 de outubro os brasileiros vão às urnas para escolher presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Eventual segundo turno para presidente e governador poderá ocorrer no dia 30 de outubro.



VAMOS BLOQUEAR O MAU USO DAS REDES SOCIAIS.

Uma tela pode esconder diversos perigos. O ataque virtual é apenas um deles, podendo levar à ansiedade, depressão e até o suicídio. Se você sofre com isso ou conhece alguém que passe por situação semelhante, busque acolhimento e denuncie. O crime virtual é previsto por lei, com pena de até um ano de reclusão e multa. Não se cale, compartilhe.

DISQUE 181



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

al.rn.leg.br